SUMÁRIO

Prefácio do atualizador à 6ª edição 11

Prefácio do atualizador à 5ª edição 12

Prefácio do atualizador à 4ª edição 13

Prefácio do atualizador à 3ª edição 14

Prefácio à 2ª edição 15

Capítulo I – O Direito como Sistema de Normas e a Importância dos Conceitos 17

1. A teoria como conjunto de conceitos 17

1.1 Experiência e teoria 17
1.2 Teoria e prática como instrumentos complementares 18
1.3 Os conceitos na Teoria do Direito 19
1.4 Os conceitos na Teoria do Direito Tributário 21
1.5 As definições legais 21
1.6 O art. 110 do CTN e o equívoco de seus comentadores 22
1.7 A norma do art. 110 como simples explicitação 24
1.8 O princípio da supremacia constitucional 27

2. O direito positivo ou ordenamento jurídico 30

2.1 O Direito como ordenamento ou sistema de normas 30
2.2 Finalidade essencial do ordenamento jurídico 33
2.3 A segurança jurídica na ideia de Direito 35
2.4 Ordenação, unidade e coerência 35

3. O critério hierárquico na superação das antinomias 38

3.1 Hierarquia no sistema jurídico 38
3.2 Importância dos conceitos 38
3.3 Superação das antinomias do sistema 40

4. Os conceitos e a hierarquia das normas 41

4.1 Alteração de conceitos como forma de insubordinação à norma 41

4.2 Os conceitos da linguagem comum 43

4.3 Os conceitos jurídicos e o elemento temporal 44

5. Conceitos imprecisos e atividade discricionária 45

5.1 Atividade administrativa e liberdade 45

5.2 Distinção entre a discricionariedade e a presença de conceitos imprecisos 46

5.3 Atividade discricionária e atividade vinculada 51

5.4 O lançamento tributário 52

5.4.1 Conceito 52

5.4.2 Definição legal 54

5.4.3 Críticas à definição legal de lançamento 55

5.4.4 Observações em torno das críticas à definição de lançamento 59

5.4.4.1 Lançamento como ato e como procedimento 60

5.4.4.2 Procedimento constitutivo do crédito 63

5.4.4.3 Integração do valor da penalidade pecuniária no crédito tributário 64

5.4.5 Procedimento tendente a constituir 67

5.4.6 Lançamento como atividade plenamente vinculada e obrigatória 68

Capítulo II – Conceitos Relacionados ao Planejamento Tributário 69

1. Considerações preliminares 69

2. Conceitos da Teoria Geral do Direito 70

2.1 Considerações iniciais 70

2.2 Abuso de direito 70

2.3 Abuso de forma 73

2.4 Dissimulação 73

2.5 Simulação 74

3. Conceitos da Teoria do Direito Tributário 77

3.1 Considerações iniciais 77
3.2 Economia de impostos 79
3.3 Elisão tributária 80
3.4 Elusão tributária 83
3.5 Engenharia tributária 84
3.6 Evasão tributária 85
3.7 Fraude fiscal 86
3.8 Planejamento tributário 89

4. O lícito e o ilícito 90

Capítulo III – O Direito ao Planejamento Tributário 97

1. Introdução 97

2. Fundamento jurídico 98

2.1 Sentido da expressão "fundamento jurídico" 98
2.2 Fundamento jurídico do planejamento tributário 99
2.3 Propósito negocial ou extratributário e planejamento tributário 99

3. A livre iniciativa econômica 100

3.1 Opção política pela liberdade econômica 100
3.2 Garantia constitucional da livre concorrência 101
3.3 Opção pelo menor ônus tributário 103

4. O princípio da legalidade tributária 107

4.1 Sentido limitador do princípio da legalidade tributária 107
4.2 Confusa distinção entre princípios e regras jurídicas 108

5. Distinção entre princípios e regras 112

5.1 Considerações iniciais 112
5.2 Questionando a distinção entre princípios e regras 113

6. Os princípios como limitação do poder de tributar 115

6.1 O princípio da legalidade tributária 115
6.1.1 Origem e significados 115

6.1.2 Significado da palavra "lei" *117*
6.1.3 Exigência de lei em sentido restrito *119*
6.1.4 As medidas provisórias *120*
6.1.5 O requisito da tipicidade *120*
6.1.6 Exceções ao princípio da legalidade *122*
6.1.7 Função extrafiscal *123*

7. Inadmissibilidade da tributação por analogia* *125

8. Evitar o planejamento é atribuição do legislador* *126

8.1 A definição da hipótese de incidência tributária *126*
8.2 Regras destinadas a evitar o planejamento tributário *126*

Capítulo IV – Planejamento e Ilícito Tributário* *129

1. Introdução* *129

2. O motivo exclusivamente tributário* *130

2.1 Propósito negocial *130*
2.2 Propósito exclusivamente tributário *131*
2.3 Propósito extratributário *131*

3. Motivo exclusivamente tributário e abuso de direito* *131

3.1 Distinção entre propósito negocial e motivo extratributário *131*
3.2 Motivo tributário e abuso de direito *132*
3.3 A amplitude do conceito de ilícito *134*
3.4 O abuso de direito *134*

4. Planejamento e crime contra a ordem tributária* *135

4.1 Planejamento tido como ilícito tributário *135*
4.2 Erro de direito não configura crime *135*
4.3 Planejamento tributário não configura crime *136*

5. O fato e seu significado jurídico* *136

5.1 Planejamento tributário e garantias constitucionais *136*

5.2 Distinção entre fato *e* fato jurídico *138*
5.3 A licitude como limite ao planejamento tributário *138*
5.4 Fronteira entre o uso e o abuso do direito *140*

Capítulo V – Norma Geral Antielisão ***141***

1. Introdução ***141***

2. A norma geral antielisão no Direito Brasileiro ***143***

2.1 Inclusão no Código Tributário Nacional *143*
2.2 Inconstitucionalidade ou inutilidade *144*
2.3 Fundamento da desconsideração *148*

3. O procedimento para a desconsideração ***150***

3.1 Exigência de procedimento específico *150*
3.2 A Medida Provisória 66/2002 ..... *151*
3.3 Ampliação da possibilidade de desconsideração *157*
3.4 Procedimento específico a ser estabelecido em lei *158*

4. Ação do Fisco na ausência do procedimento ***159***

4.1 Tratamento da elisão como infração à lei tributária *159*

5. Manifestação de Everardo Maciel e Ives Gandra Martins ***161***

5.1 Quanto às várias questões suscitadas pela norma geral antielisão *161*
5.2 Quanto à exigência de procedimento específico *163*
5.3 Quanto ao princípio da estrita legalidade *164*
5.4 Quanto ao abuso de direito *165*
5.5 Tributo pago em face dos atos desconsiderados *165*

6. Utilidade prática da norma geral antielisão ***165***

6.1 Contribui para evitar conflitos *165*
6.2 Procedimento especial *166*

CONCLUSÕES ***167***

BIBLIOGRAFIA ***173***

ANEXO 181

Normas advindas da Reforma Tributária que guardam relação com o planejamento tributário..... 181

Emenda Constitucional nº 132, de dezembro de 2023 181
A Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025..... 185
Âmbito de incidência do IBS..... 185
Bens e serviços de uso pessoal 185
Outras normas antielisivas contidas na LC 214/2025..... 188
A Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026..... 189
Definição de fraude..... 190
O Código de Defesa do Contribuinte – LC 225/2026..... 191
Lei Complementar nº 225, de 8 de janeiro de 2026..... 192
Lei Complementar nº 236, de 4 de setembro de 2026..... ???